

MICHELLE ROBERTA BARBOSA SANTOS

O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS

MACEIÓ/AL

2014

MICHELLE ROBERTA BARBOSA SANTOS

O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Monografia apresenta à Universidade Federal De Alagoas, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Elder Patrick Maia

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS

MACEIÓ/AL

2014

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família, especialmente a minha mãe Marluce Barbosa Santos, que desde muito cedo me ensinou a importância da educação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que sempre iluminou meus caminhos. A vocês meus queridos pais que são responsáveis por esse momento tão marcante em minha vida. E agradeço em especial a minha irmã Rúbia Danielle, pelo apoio nos momentos mais difíceis e que sempre me incentivou a fazer o meu melhor.

EPÍGRAFE

"Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência."

Karl Marx

RESUMO

Este trabalho se propõe a compreender o sentido da Sociologia enquanto disciplina no currículo do Ensino Médio brasileiro. Para tanto, devemos assimilar os objetivos a que se pretende chegar. Todavia, antes de pensar os objetivos desta disciplina, precisamos ter uma dimensão da importância da disciplina dentro do Ensino Médio, permitindo-nos questionar sobre o seu sentido, buscando entender sua especificidade em relação às demais disciplinas humanas. Mesmo reconhecendo que estas perguntas não são fáceis de serem respondidas pois suas fronteiras nas diversas áreas são bastante tênues. Além do mais, é importante reconhecer que não é fácil transformar o saber científico em saber escolar, pois seu grau de diferença cria identidades nas diversas disciplinas. Portanto, ressaltamos que as ciências têm fronteiras geradas, sobretudo, por questões políticas internas e, em termos de ensino médio, faz-se necessário reconhecer essas diferenças para se firmar uma identidade para a Sociologia, a fim de uma (re) introdução neste segmento de ensino.

Palavras-chave: Ensino – Sociologia – Reflexividade – Educação – Ensino Médio

ABSTRACT

This study aims to understand the meaning of sociology as a discipline in the curriculum of high school Brazilian. To do so, we must assimilate the goals it seeks to achieve. However, before considering the goals of this discipline, we need to have a dimension of the importance of discipline in high school, allowing us to wonder about its meaning, seeking to understand its specificity in relation to other human disciplines. Even recognizing that these questions are not easily answered because their borders in various areas are quite tenuous. Moreover, it is important to recognize that it is not easy to transform scientific knowledge into school knowledge, because the degree of difference creates identities in various disciplines. Therefore, we emphasize that the sciences have borders generated mainly by internal political issues and in terms of high school, it is necessary to recognize these differences to establish an identity for sociology in order to (re) introduce this segment teaching.

Keywords: Education - Sociology - Reflectivity - Education - Secondary Education

SUMÁRIO

| | |
|-------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 08 |
|-------------------|-----------|

CAPÍTULO I – A SOCIOLOGIA NO BRASIL

| | |
|---|----|
| 1.1 A historicidade dos problemas temáticos | 11 |
| 1.2 A historicidade dos nossos perfis | 13 |
| 1.3 Pioneirismo, Classicismo e Modernidade | 15 |

CAPÍTULO II – A SOCIOLOGIA NO BRASIL MODERNO

| | |
|---|----|
| 2.1 Nos limites histórico-culturais da Sociologia no Brasil | 18 |
| 2.2 A papel cidadão da sociologia brasileira | 22 |
| 2.3 A Sociologia no Brasil contemporâneo | 25 |

CAPÍTULO III – CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DA SOCIOLOGIA

| | |
|--|----|
| 3.1 Nos meandros do ensino da Sociologia | 29 |
| 3.2 A sociologia na escola secundária | 30 |
| 3.3 Limites intelectivos do estudo da Sociologia | 33 |

| | |
|-----------------------------|-----------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 36 |
|-----------------------------|-----------|

| | |
|--------------------|-----------|
| REFERÊNCIAS | 38 |
|--------------------|-----------|

INTRODUÇÃO

O ensino da sociologia no Brasil é determinado por uma sucessão sistemática de mudanças de inclusão e exclusão da disciplina no ensino médio, não sendo fácil estabelecer relações entre o saber específico das Ciências Sociais e o conhecimento próprio da educação. Por essa razão o trabalho procura retratar os diferentes pensamentos sociais da época que levaram, dentro dos fatores históricos, a ressaltar o caminho percorrido pela Sociologia no Brasil até se tornar disciplina obrigatória na grade curricular de nossas escolas.

O conflito entre as diversas classes sociais sempre foi um dos objetivos a ser estudado pela Sociologia. Se nos situarmos, por exemplo, na América Latina, percebemos uma forte influência das teorias de Marx, naquilo que procura pensar o subdesenvolvimento nestes países.

Desde os inícios do século 20, desenvolve-se o debate sobre a vocação agrária e/ou a vocação industrial do Brasil. A sucessão e a coexistência de “ciclos econômicos” na história do país, bem como a sucessão de crises da “economia primária exportadora”, ou de “enclaves”, logo colocaram a possibilidade, a necessidade e a urgência da industrialização. (IANNI, 2004, p. 52)¹

A questão da escravidão, sobretudo no Brasil, também foi um objeto de estudo para se chegar à formação da nossa sociedade, os anos de 1920 e 1930 levantaram, através de estudiosos como Sérgio Buarque de Holanda², Gilberto Freire³ e Caio Prado Júnior⁴, temas ligados à escravidão, à emigração e o papel do negro e do índio dentro da nossa sociedade.

O problema da formação do povo brasileiro se coloca de modo particularmente frequente e obsessivo no que se refere ao negro, à sua presença nessa história. Mais do que outras etnias (ou raças, entendidas em termos sociológicos), ele desafia o pensamento e a prática de muitos dentre aqueles que pretendem compreender as condições de formação do povo, sociedade civil, Estado, nação. É claro que a questão racial compreende toda a gama das etnias, ou raças, e suas mesclas, que compõem a

¹IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

²Raízes do Brasil, 1936.

³Casa Grande & Senzala, 1933.

⁴Formação do Brasil Contemporâneo, 1942.

população. E não há dúvidas de que alguns desses grupos se deparam com dilemas muito sérios, no que se refere às suas relações com os outros, a sociedade compreendida como um sistema de instituições, as agências compreendidas no Estado Nacional. O problema do indígena continua a ser fundamental tanto no que se refere à luta pela terra como no relativo às condições de preservação da cultura. (IANNI, 2004, p. 128)

Posteriormente, no Brasil, temos um retorno a estudos mais voltados a temas ligados à classe trabalhadora. Assim, questões salariais e jornadas de trabalho passam a ser um foco, bem como o pensar as comunidades do campo. A preocupação com o nosso processo de industrialização surge na década de 1960, quando a reforma agrária e demais movimentos sociais, seja na cidade ou no campo, passam a ser o foco. Com o regime militar, a partir de 1964, os problemas socioeconômicos e políticos dos brasileiros tornam-se temas constantes entre os sociólogos. Nesse período, é bom lembrar que a Sociologia é excluída do ensino nas escolas.

Na história das classes sociais no Brasil, o Golpe de Estado de 31 de março de 1964 assinala uma ruptura de profundas implicações. A ditadura militar expressa o predomínio da grande burguesia financeira e monopolista no mundo do Estado, das relações do Estado com as classes subordinadas, as várias categorias de “cidadãos” e o conjunto da sociedade civil. Vários processos que se desenvolviam na sociedade brasileira “amadureceram” ou se tornaram muito mais explícitos. Na prática, a ditadura instalada com o golpe expressa a vitória contrarrevolução burguesa que se formou por dentro da revolução burguesa brasileira. (IANNI, 2004, p. 287)

Nesse sentido, só a partir dos anos 1980, temos o retorno da Sociologia como disciplina no ensino secundarista; mas, ainda assim, ela ressurgiu em caráter facultativo. Com a Nova República (1985), mais que pensar as questões econômicas e políticas nas mudanças sociais, pensou-se o papel da mulher e do trabalhador do campo, bem como outros assuntos que culminaram à época.

É a partir de 2009, que a Sociologia se torna disciplina obrigatória no componente curricular do Ensino Médio brasileiro. Dessa forma, o estudante passa a ter mais proximidade com esta área do saber sociológico na tentativa de uma reflexão mais atenta sobre suas concepções e seus fenômenos sociais. Para tanto, devemos levar em consideração o fato de que as coisas, mesmo num caráter histórico, têm efeito

transitório. São as mudanças propostas pelos homens ao longo de um processo histórico.

Esse trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro foi feita uma análise do pensamento social ligado a classe trabalhadora e suas questões socioeconômicas e políticas.

No segundo foi feita uma reflexão sobre o período pré-científico, é a partir desse momento que os sociólogos brasileiros pretendiam harmonizar as problemáticas como identidade nacional e questão racial. Nesse ponto, foram feitas análises para se chegar ao papel do cidadão na sociedade brasileira.

E, por fim, o último capítulo abordará o ensino da sociologia no Brasil e os desafios encontrados pelos professores para a formação de cidadãos reflexivos sobre a nossa realidade social.

CAPÍTULO I – A SOCIOLOGIA NO BRASIL

1.1 A historicidade dos problemas temáticos

Procurando traçar uma compreensão no que diz respeito à formação da nossa sociedade a partir de temáticas importantes como a abolição, os índios e os negros, bem como a emigração desse contingente e, inclusive, a questão da colonização. Esse processo ganha impulso a partir dos anos 20 e 30 quando alguns estudiosos passaram a se dedicar a pesquisas nesse âmbito.

Para tanto, leva-se em conta o fato de que a Sociologia enquanto ciência propõe-se a desenvolver estudos focados em interações sociais, organizadas dessas sociedades e, fatalmente, culmina nos conflitos entre classes. Nesse aspecto, toda América Latina pode servir, facilmente, de modelo sociológico, especialmente no século XX, marxista. E isso se dá num momento em que se repensam problemas como o subdesenvolvimentismo, o que irá gerar significativas reflexões.

Uma das singularidades da história do Brasil é que este é um país que se pensa contínua e periodicamente. Ele se pensa de forma particularmente sistemática, no contexto de conjunturas críticas ou a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas. Nessas ocasiões, a sociedade nacional como um todo, ou em alguns casos de seus setores mais atingidos pela ruptura, ou mais interessados nela, logo se põem a analisar o curso dos acontecimentos, suas raízes próximas e remotas, suas tendências prováveis no futuro. (IANNI, 2004, p. 41)

Levando-se em conta que há interpretações focalizando determinado setor da sociedade na busca por uma linha soberana da nossa história, e, portanto, provocam múltiplas explicações, interpretações e teses que se multiplicam e se completam em polêmicas. Não obstante os brasileiros, temos muitos intérpretes estrangeiros. E isso traz mais um elemento intrigante para a investigação dessas “linhas mestras” da nossa história nacional.

As interrogações contínuas sobre o que é, de fato, o Brasil, em qualquer época de sua história, e mesmo o que tem sido o país, ao longo do seu processo histórico, são; a rigor, questionamentos de interpretações específicas cujo desenvolvimento se dá tanto por nacionais quanto por estrangeiros no (re)colocar problemas que suscitam reflexões...

São problemas históricos e teóricos da maior importância. “históricos”, no sentido de que os indivíduos e as coletividades, as classes e os grupos sociais, estão sempre empenhados em compreender como se organiza, movimenta e transforma a sociedade, tendo-se em conta principalmente os jogos das forças sociais que se manifestam em arranjos sucessivos ou em arranjos mais ou menos persistentes. “Teóricos”, no sentido de que estão sempre em causa: a questão nacional; as condições de formação da sociedade nacional; a contrapartida sociedade civil e Estado; a possibilidade a impossibilidade de formação do Estado-Nação, simbolizado no princípio da soberania; democracia e tirania; reforma e revolução; além de outros dilemas. É óbvio que os problemas históricos e teóricos estão em contraponto, determinam-se reciprocamente, ao mesmo tempo que se criam desafios. (IANNI, 2004, p. 42)

Ainda segundo IANNI (2004), muitas vezes a história atropela a teoria; entretanto, é preciso reconhecer o papel ideológico e utópico da teoria em seu poder de atropelar a história. É mais fácil compreender esse processo quando há o desvendar do jogo das “forças sociais” e os arranjos dos “blocos de poder”, que levam em consideração os fatores internos e externos que permeiam as situações de cada época histórica.

A partir dessa multiplicidade voltada aos aspectos da realidade e de sua diversificada orientação teórica, podemos identificar determinados temas que se reforçam entre autores distintos. Muitas vezes, isso se dá nas mesmas expressões; entretanto, sempre sob novos elementos elucidatórios.

Dentre os temas recorrentes nos estudos sob a formação e as transformações da sociedade brasileira, logo sobressaem os seguintes: as três idades do Brasil, isto é, Colônia, Monarquia e República; centralismo e federalismo; Estado forte e sociedade civil débil; história incrueta e revoluções brancas; conciliação e reforma; lusotropicalismo e democracia racial; economia primária exportadora e industrialização substitutiva de importações; mercado emergente e neoliberalismo; além de outros temas também significativos. São temas que permitem ampla fundamentação empírica e rigorosas análises sendo que vários convergem entre si. Há autores que lidam com diversos desses temas, buscando integrá-los, desenvolvendo interpretações abrangentes. Daí a pluralidade de visões do Brasil; e a pluralidade de Brasis. (IANNI, 2004, p. 42)

Apesar disso tudo, é importante reconhecer todos os questionamentos em torno da formação da nossa sociedade pois esta carrega consigo posicionamento sobre o futuro. Assim, temos discussões sobre o presente mergulhadas no passado e apontando para o futuro. Em vários momentos, direta ou indiretamente, busca-se as raízes do presente, a fim de esboçar perspectivas futuras, levando à oposição ciência e ideologia.

Numa avaliação crítica sobre as inúmeras interpretações demonstram que existe certa coesão em termos genealógicos. Isso revela vertentes, desafios e filiações na história da sociologia no Brasil. Além do mais, não podemos esquecer que muitas dessas teses são fundamentadas em estudiosos europeus e americanos, a partir de teorias derivadas de estudos, monografias e ensaios.

1.2 A historicidade dos nossos perfis

Além de termos interpretações baseadas numa determinada linhagem intelectual, nossa historicidade tem cunho cultural, e nesse sentido, evidenciamos a sociedade através de sua política e literatura enquanto setores cabíveis de serem examinados distintamente, em virtude do seu caráter dinâmico e autônomo. São signos e símbolos, valores e ideais que dão caráter desenvolvimentista ao país.

A ênfase é principalmente culturalista, mas com elaborações típico-ideais. Aí entra o “homem cordial”, no sentido de fortemente determinado pelas emoções, a subjetividade, o coração (córdis), um tanto alheio ou mesmo avesso ao “racional”. Aí também entram o “bandeirante”, o “índio”, o “negro”, o “imigrante”, o “gaúcho”, o “sertanejo”, o “seringueiro”, o “colonizador”, o “desbravador”, o “aventureiro”, o “macunaíma”, “martim-cererê”, “saci-pererê”, a “preguiça”, a “luxúria”, “jeca-tatu” e outras figuras e figurações história, isto é, de uma história a-histórica. (IANNI, 2004, p. 47)

Para IANNI (2004), esse modelo interpretativo é marcado através dos textos de Sergio Buarque de Holanda e das contribuições de outros ilustres escritores como Graça Aranha, Paulo Prado, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia etc. O que provavelmente repercute textos de Silvio Romero, Rui Barbosa que, por sua vez, traz José de Alencar. Não podemos deixar de mencionar os importantes autores ligados à Semana de Arte Moderna (1922).

Essas interpretações surgem de um momento intelectual, envolvendo tensões flutuantes e desafiadoras. Portanto, Sergio Buarque de Holanda reproduz a ideia do “homem cordial”, bem como acontece com “Macunaíma”, “martim-cererê”, “preguiça”, “luxúria”, “jeca-tatu”, isso se partindo do pressuposto dos textos de Mario de Andrade, Cassiano Ricardo, Paulo Prado, Monteiro Lobato.

Na história do pensamento brasileiro debruçado sobre a sociedade e sua cultura são frequentes e às vezes notáveis os tipos que se criam e recriam,

taquigrafando a difícil e complexa realidade. Assim, a história aparece como uma coleção de tipos relativos a indivíduos e coletividades, a situações e contextos marcantes, a momentos da ego-história que se registram metafórica e alegoricamente. Esclarecem ou ordenam o que se apresenta complexo, contraditório, difícil, como é habitualmente a realidade histórico-social, em suas formas de sociabilidade e em seus jogos de forças sociais. (IANNI, 2004, p. 48)

Em diversas áreas, como história, geografia, antropologia, sociologia, e muitas outras cujas linguagens contêm construções específicas. Muitas delas intimamente ligadas à experiência, algumas atraem modelos médios, e, ainda, temos áreas que organizam modelos voltados para extremidade. Assim, seria possível compreendermo-los como naturalistas, realistas, impressionistas, surrealistas ou tantos outros modelos, o que só reforça o fato de tratar-se de uma estenografia difícil da história.

Destes inúmeros modelos, observamos algumas similaridades, pois alguns expõem semelhanças próximas, pressupondo tratar-se de um mesmo espaço. São modelos que se mostram com parentesco, referindo-se, muitas vezes, reciprocamente, como é o caso do “homem cordial”, “Macunaíma”, “Martim-cererê”, “saci-pererê”, “Pedro malazarte”, “preguiça”, “luxúria”, “jaca-tatu”. Ainda que, aparentemente, representem expressões ocasionais, ou fantasias da imaginação, são passíveis de serem reconhecidas nas raízes socioculturais e históricas.

Segundo IANNI (2004), é possível formular pelo menos duas hipóteses interessantes sobre as singularidades desse “grupo” de tipos ideais, idealizados, idealizantes, e isso merece uma reflexão, ainda que de modo breve:

Os tipos parecem bastante enraizados na formação sociocultural, político-econômica e psicossocial brasileira. Aí entram tradições indígenas, africanas e portuguesas, além de outras menos fortes, até fins do século 19. São tradições, práticas, valores, ideais, mitos e fantasias muito presentes em uma sociedade em que se manifestavam o passado, continuando no século 20, o “animismo” o “fetichismo”, a “pajelança”, o “candomblé”, a “umbanda”, a “quimbanda”, o “espiritualismo” popular, o “catolicismo” rural e outros traços mais ou menos notáveis de origem não só indígena, africana e portuguesa, mas também ibérica e mediterrânea. Há todo um vasto, complexo e mágico substrato cultural “pagão” na formação da sociedade brasileira, entrando pelo século 20. Esse é, muito provavelmente, o contexto histórico, social e cultural em que se produz a “matéria” de criação de tipos e da sua articulação em “família”. (IANNI, 2004, p. 48-49)

É importante salientar que esse modelo de perfis direciona para um caráter descompromissado, informal, uma liberdade inocente, a ludicidade do trabalho,

descomprometimento disciplinar, rejeição da obrigatoriedade, o homem cordial, o Macunaíma, o martim-cererê, e que se aliam à preguiça e à luxúria. Vale lembrar, ainda, que estes modelos representam os sintomas vividos e formulados por uma sociedade cujo escravagismo perdurou por cerca de quatro séculos.

1.3 Pioneirismo, Classicismo e Modernidade

Antes de qualquer coisa, vale ressaltar que essas interpretações não excluem outras tantas mais ou menos abrangentes cuja (re)formulação se deu antes ou depois das já discutidas neste trabalho. E isso só reforça o fato de que ainda convivemos com novas formulações interpretativas sobre o país, seja enquanto nova perspectiva, ou mesmo em diálogo com outras já desenvolvidas. O importante de tudo isso é que já desenvolvemos um pensamento fortemente comprometido que, por vezes, beira a obsessão, trazendo posicionamentos considerados classicistas. Nessa perspectiva, estamos diante de um impasse: uma conquista, um impedimento, ou ambos?

Ao cientista social, cabe o desafio de praticar uma pesquisa e análise tomando por base o que existe ou está (parece) estabelecido; assim, precisa focar no presente/passado/futuro partindo de um olhar classicista. Mas isso não é uma regra única e indiscutível, há as interpretações que surgem como diferencial, promovendo novos olhares sobre a história, da organização socioeconômica, dos jogos de poder, das raízes de significações culturais, trazendo novas visões a partir da observação, da descrição, da compreensão, e da própria explicação.

Neste sentido é que se pode distinguir “precursores⁵”, “clássicos” e “novos”, quando se trata de explicar o Brasil; entendendo-se que os novos são realmente inovadores, no sentido de que instituem novos parâmetros, desvendam outros nexos, percebem diferentes dinamismos nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais; compreendendo configurações históricas, formas de pensamento e cultura, estilos de vida. (IANNI, 2004, p. 60)

Todos estes pioneiros estão intrinsicamente associados à sociedade escravocrata. Eles carregam sugestões e teorias do pensamento europeu num desafio

⁵ Dentre os “precursores”, colocam-se Euclides da Cunha, Alberto Torres, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Silvio Romero, José Veríssimo, Machado de Assis e Lima Barreto; sem prejuízo de Tavares Bastos, José de Alencar, José Bonifácio e Frei Caneca, além de outros. Sem esquecer Eduardo Prado e Varnhagen.

de refletir sobre a formação da nossa sociedade e Estado fincados no modelo escravagista. É dessa perspectiva que vem a conhecida metáfora das “três raças tristes”, de que fala Olavo Bilac, ao traduzir uma inquietude gradativa no século 19, e que perdura no século 20. Com isso, percebemos notadamente as marcas do darwinismo social, do evolucionismo e do positivismo. Muitas vezes, esses autores se apresentam espantados diante do estranho modo com que se pensa uma nação baseada numa população que é, ao mesmo tempo, muitas, e dentro de um espaço gigantesco com suas províncias longínquas. Além disso, causa a mesma perplexidade pensar numa economia que consegue manter a sociedade através de escravidão e suas exportações primárias. Tudo isso converge em temas pensados por nossos pioneiros⁶ ao olhar o país em formação.

Tomados em conjunto, os “clássicos” estão fascinados pela “questão nacional”. Empenham-se em descrever, compreender e explicar como se forma a sociedade civil e o Estado, a população e o povo, a cultura e a mentalidade, a história e as tradições, a ordem e o progresso. Para eles, o Brasil é principalmente um país marcado pela “vocação” agrária, cuja economia, política, sociedade e cultura enraízam-se na agropecuária e mineração. Pode até se modernizar, mas a partir de e nos limites das condições agrárias instituindo o substrato geral da sociedade: cana de açúcar, borracha, cacau, gado, extrativismo, mineração e café, principalmente café, predominante desde meados do século 19 aos anos 30 e 40 do século 20. Alguns se colocam à industrialização como algo possível, necessário e próprio da dinâmica da sociedade tomada como um todo. (IANNI, 2004, p. 61)

Vale salientar que esses estudos clássicos situam-se em meio aos rescaldos da Primeira Grande Guerra e da Revolução Soviética, o *crash* da Bolsa de Nova York, a Revolução de 30 e seus desdobramentos. Inclusive a Semana de Arte Moderna, a Fundação do Partido Comunista entre outros. Surgem universidades e institutos de ensino e pesquisa; assim, moldam-se alguns traços do que chamaremos de “capitalismo nacional”. Em tempos, o socialismo já é mencionado.

“Os novos”, realmente inovadores, assinalam nitidamente diferentes interpretações do Brasil. Instituem outros parâmetros de compreensão e explicação da realidade político-econômica e sociocultural. Estão mais ampla e sustentavelmente imersos na cultura das ciências sociais, em alguns casos beneficiando-se dos padrões em ensino e pesquisa desenvolvidos no âmbito universitário. Esse é o contexto em que produzem suas análises e criações Mário de Andrade, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro, Clóvis Moura, Jacob Gorender, Celso Furtado, Antonio Candido, Mario Pedrosa,

⁶ Dentre os “clássicos”, conforme se viu, destacam-se Jackson de Figueiredo, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto C. Simonsen, Caio Prado Júnior e Eugênio Gudín.

Alfredo Bosi, Candido Portinari, Graciliano Ramos e Oscar Niemeyer.
(IANNI, 2004, p. 62)

Evidentemente, todos esses autores mencionados estão em dialogia tanto com clássicos quanto com os precursores. Isso revela, inclusive, continuidades: uns, assumidamente; outros, implicitamente. Entretanto, é de suma importância o caráter inaugural das novas interpretações sobre o país, tanto em termos específicos quanto em termos gerais. Eles se empenham em uma profunda avaliação da organização social brasileira, a partir de suas instituições e valores, grupos sociais, histórias e tradições.

CAPÍTULO II – A SOCIOLOGIA NO BRASIL MODERNO

2.1 Nos limites histórico-culturais da Sociologia no Brasil

O que alguns autores chamam de período pré-científico pode ser compreendido como o período dos pensadores sociais, e se refere, especificamente, a um período ligado às lutas que resultam da independência das nações latinas ao longo do século XX. Nesse período, são os homens (pensadores e/ou políticos) que passam a desenvolver as teorias sociais a partir de ideais filosóficos europeus e norte-americanos⁷.

É através desses pensadores que o pensamento sociológico brasileiro pretendia equilibrar problemas relativos à formação do Estado Nacional e à identidade nacional, partindo elementos ligados à questão racial numa tentativa de opor-se aos que sustentam visões racistas.

Essa é uma parte importante da história que se revela nos escritos e nas atuações de Tavares Bastos, Sílvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Raul Pompeia e outros. Dedicaram-se a refletir sobre o que era o século 19 brasileiro, e como ele estava deslocado, atrasado, quando visto em contraponto com os países capitalistas mais desenvolvidos e a partir das potencialidades das forças sociais regionais e nacionais. Aproveitaram-se dos ensinamentos liberais, positivistas, evolucionistas, darwinistas e outros, para estudar e explicar o que era e como poderia transformar a sociedade, a economia, a população, a cultura, o Estado, a nação. (IANNI, 2004, p. 17)

Para Azevedo (1962), em termos de estudos antropológicos, sua evolução e visão, inclusive, sociológica, da sociedade brasileira compreende uma fase antecipadora no que se refere ao ensino e à pesquisa. E essa caracterização se dá, sobretudo, em virtude das investigações realizadas sobre as culturas indígenas.

⁷O Iluminismo francês, o ecletismo de Cousin, o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer e Haeckel, o social-darwinismo americano de Sumner e Ward e o determinismo biológico de Lombroso.

[...] sábios alemães e de outras nacionalidades [...] se puseram em contato com grande número de tribos, (abrindo) novas perspectivas aos estudos etnológicos e, com as obras (resultantes) trouxeram contribuição notável aos progressos nesse vasto domínio de investigações científicas. (AZEVEDO, 1962, p. 111)⁸

É através do surgimento desses estudos indígenas que, segundo Azevedo, começa-se a pensar questões ligadas à antropologia física e cultural. E o foco temático são os negros e as culturas africanas brasileiras⁹. Assim, as tribos indígenas e os negros brasileiros são os temas que abrem caminho ao ensino e à pesquisa de modo institucionalizado. Azevedo acredita que esta situação é, de fato, o ponto de partida para a evolução da sociologia propriamente dita.

Os estudos antropológicos realizados por Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Roquette Pinto, Afrânio Peixoto, Castro Barreto e Arthur Ramos, entre outros, apresentam contribuições de interesse também para a compreensão da metamorfose do povo. Esses autores estavam preocupados em caracterizar as raças e os mestiços. Em geral, partiam do reconhecimento de que a população brasileira se forma a partir do índio de origem mongoloide, português de origem caucasoide e africano negroide. Escrevem sobre as características biológicas, genéticas, fenóticas e outras das raças vermelha, negra e branca. (IANNI, 2004, p. 123-124)

E, ainda segundo Azevedo, essa fase constitui o pioneirismo do que denominamos a “nova ciência brasileira”, realizada por nossos estudiosos tanto por erudição ou diletância, vinha, sobretudo de obras às quais se tinha acesso, e que serviam de inspiração para os trabalhos, resultando numa significativa referência do pensamento político-sociológico. A princípio, discreto, mas intimamente ligado a modelos como o positivismo, o evolucionismo, aos moldes da escola antropológica italiana, às teorias antropogeográficas, findando com aspectos ligados à ecologia humana e à antropologia da cultura anglo-americana.

⁸AZEVEDO, Fernando. **A Antropologia e a Sociologia no Brasil**. In: AZEVEDO, Fernando. **A Cidade e o Campo na Civilização Industrial e outros Estudos**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

⁹Autores que se destacam: Batista Lacerda, Nina Rodrigues e Roquette Pinto.

Sobre o sentido social das ciências sociais neste período dos pensamentos sociais, é interessante deixar também registrado aqui que Fernandes (1977)¹⁰, analisando as razões pelo interesse nos conhecimentos sociológicos, então indica que podem ser identificados dois períodos: um primeiro período de autodidatismo inicia-se já no terceiro quartel do século XIX, correspondendo à fase de desagregação da ordem social escravocrata, e é caracterizado pela exploração de conhecimentos sociológicos como recurso parcial de interpretação. (FILHO, 2005, p. 380)¹¹

Entretanto, não se trata de realizar uma investigação de caráter sociológico em seu sentido literal, e sim, perceber elementos sociais nas relações, bem como o direito e a sociologia, a literatura e seu contexto, o Estado e sua organização. Conforme Fernandes (1977), há, também, num segundo momento, a frutificação da sociologia *tanto sob a forma de análise histórico-geográfica como sociológica do presente, quanto sob a inspiração de um modelo mais complexo de análise histórico-pragmática, em que a interpretação do presente se associa a disposições de intervenção racional no processo social.* (Cf. FERNANDES, 1977, p. 27)

Em todos os setores da sociedade, no passado e no presente, há sempre um debate sobre a problemática racial. Mais do que os intelectuais, políticos e governantes, os próprios índios, negros, imigrantes e outros vivenciam situações nas quais as diferenças, hierarquias, preconceitos e discriminações aparecem. Na fazenda, fábrica, escritório, escola, família, igreja, quartel e outros lugares o pluralismo racial brasileiro manifesta-se tanto como caleidoscópio como espaço de alienação. (IANNI, 2004, p. 126)

Considerando a situação latino-americana, podemos reconhecer o papel fundamental de uma sociologia cátedra que se instala a partir da segunda metade do século XX. Com isso, algumas cadeiras da sociologia são inseridas em faculdades de Filosofia, Direito e Economia. Especialmente no Brasil, podemos perceber isso com mais nitidez a partir da década de 20¹², quando se instalam as primeiras cadeiras voltadas para a sociologia nas chamadas “Escolas Normais”.

É a tentativa democratizante ligada ao movimento reformista pedagógico com ênfase no modelo compreendido como “Escola Nova”. A partir daí vão surgir as

¹⁰FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua Formação e Desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 1977.

¹¹FILHO, Enno d. Liedke. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005.

¹²Por volta de 1924-25.

publicações mais de caráter mais específico aos estudos sociológicos, como manuais e coletâneas. Estes “manuais” procuravam difundir ideias de um cientificismo social baseado num modelo europeu e norte-americano (Durkheim e Dewey); além disso, há a preocupação em pensar questões sociais como a urbanização, as migrações, o analfabetismo e a pobreza. Simultaneamente, podemos, ainda, constatar a abordagem a questões como a miscigenação racial do país sob uma perspectiva consideravelmente otimista.

Azevedo (1962), enfocando esta fase de introdução do ensino da Sociologia em escolas do país (1928-1935), argumenta que a origem da consolidação da Sociologia na mesma deve ser procurada, não em uma única causa determinante, senão em múltiplas causas que estão estreitamente ligadas, sendo possível distingui-las unicamente para fins analíticos. A multiplicidade de fatores decorrentes dos contatos, conflitos e acomodações de povos e culturas diversas; o contraste entre as sociedades em mudança e as culturas de folk remanescentes em toda a vasta extensão territorial; a variedade de paisagens culturais e a contemporaneidade ou justaposição nas realidades concretas, de séculos ou de “camadas históricas”, deveriam certamente sacudir a atenção e despertar o interesse pelo estudo científico dessas realidades sociais vivas e atuais, postas sob os olhos de todos e que não escaparam, pela intensidade dos fenômenos, aos observadores menos atentos. (FILHO, 2005, p. 381)

Ainda segundo Azevedo (1962), foi com desenvolvimento da indústria e do comércio nos grandes centros e, particularmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, que a nossa revolução intelectual se deu e nos impulsionou para um espírito mais crítico e experimental em todos os domínios, além de nos abrir o caminho para estudos e pesquisas sociológicas. (Cf. AZEVEDO, 1962, p. 125)

Alguns acontecimentos político-sociais de caráter global impulsionaram essa nova maneira de encarar a sociedade brasileira, e isso se deve, principalmente, ao processo de industrialização, à Guerra Mundial, às transformações na estrutura do país que culminaram com a Revolução de 30. Tudo isso refletiu nos meios culturais e fundamentou uma nova atitude por parte de alguns setores (letras, artes, educação, política etc.) e, principalmente, ênfase aos estudos científicos voltados para as realidades sociais.

2.2 O papel cidadão da sociologia brasileira

Para compreendermos a ligação entre a sociologia e a cidadania, tomaremos como referencial-base Florestan Fernandes. Assim, através de uma discussão acerca do seu percurso teórico, chegaremos à evolução do pensamento deste importante sociólogo do Brasil.

Dessa forma, pretende-se chegar aos desafios percorridos, seja através da historicidade, ou mesmo pelas teorias implantadas por tais sociólogos, para outras propostas teóricas que possam sugerir soluções efetivamente razoáveis que abram caminho para uma dupla função: sociólogo/cidadão.

Em vários estudos sobre aspectos da problemática social, subsiste a impressão de que os “indicadores sociais” não acompanham os econômicos em razão da negligência ou incapacidade dos setores sociais “carentes”, “marginalizados”, “periféricos”. A descrição “objetiva”, ou “isenta”, do pauperismo e das medidas para reduzi-lo transmite a impressão de que a “sociedade primitiva”, ou “subdesenvolvida”, e a “moderna sociedade industrial” são “dois brasis” não só diversos, mas estranhos entre si. Parecem justapostos, heterogêneos, apesar de mesclados, emaranhados. (IANNI, 2004, p. 110)

Primeiramente, observaremos como Florestan Fernandes avaliou o papel da revolução burguesa, ou seja, a partir de suas orientações e de suas preocupações temáticas, chegaremos a algumas etapas¹³ específicas que compõem um pensamento sociológico preocupado em pensar a cidadania. Com a observação dessas etapas, estabelecemos novas leituras sobre a importante contribuição intelecto-política de um sociólogo/cidadão.

Florestan Fernandes é o autor de uma nova interpretação do Brasil. Ela está construída com base na pesquisa sobre a colonização, a escravatura e a revolução burguesa. A colonização e a escravatura compõem uma perspectiva particularmente fecunda para o conhecimento da história social brasileira, por todo o período colonial e entrando pelo século 19. A revolução burguesa permite descortinar a maior parte da história social desde fins do século 19 e por todo o 20 transcorrido até o presente. Não se

¹³Etapa de Formação Intelectual (1941-1952).

trata de afirmar que a história brasileira se esgota nessas categorias. É claro que ela envolve também outros temas, alguns dos quais podem perfeitamente ser absorvidos por essas categorias. Mas é válido dizer que esses são momentos excepcionais, em termos históricos e lógicos, da interpretação formulada por Florestan Fernandes. Permitem desvendar dimensões fundamentais da formação social do Brasil. Uma história na qual se revelam as condições sob as quais se forma o povo brasileiro. (IANNI, 2004, p. 324-325)

Num primeiro momento¹⁴, podemos reconhecer, nos estudos teóricos, sua contribuição em traduzir o pensamento marxista em sua militância trotskista e de seu O problema do método na investigação sociológica (1947), que compõe as bases iniciais de suas formulações teóricas, levando à Escola de Sociologia da USP.

Esta formulação se constituiu como uma síntese original entre a problemática básica da concepção de ciência política de Karl Mannheim, conforme explicitada no Capítulo III de Ideologia e Utopia (1952) – quais as possibilidades de construção plena de uma ordem social industrial e democrática, enquanto processo de racionalização – e o método funcionalista, 9 na tradição de Radcliff Brown, como quadro de referência para a análise da constituição e intervenção racional na sociedade industrial. (FILHO, 2005, p. 403)

Esse pensamento de Florestan Fernandes pode ser evidenciado a partir de sua teoria sobre o Significado das ciências sociais no mundo moderno (1950), reforçando que *de um lado, elas nos abrem perspectivas quase insondáveis de conhecimento e de domínio das forças que operam no meio social em que vivemos. De outro lado, elas poderão contribuir para a formação do novo tipo de homem, exigido pela civilização científica e industrial em desenvolvimento.* (Cf. FERNANDES, 1971, p. 300)¹⁵

¹⁴A Etapa de Formação Intelectual de Florestan Fernandes estende-se do seu ingresso na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo em 1941, até o momento em que assume a Cadeira de Sociologia I em 1953. Destacam-se, nessa etapa entre os estudos empíricos, os levantamentos acerca do Folclore e da Mudança Social em São Paulo (1976a), A Organização Social dos Tupinambás (redação em 1947 e primeira publicação em 1949; 1963), A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá (1949; republicado 1970). – Cf. FILHO, 2005, p. 401.

¹⁵FERNANDES, Florestan. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. 2a. ed. São Paulo: Pioneira Ed., 1971.

Num segundo momento¹⁶, destaca-se a contribuição para a Sociologia Aplicada, a partir da historização dos problemas apontados em sua obra, Florestan Fernandes propõe uma organização social, industrial e democrática do país.

Florestan Fernandes, no texto “Desenvolvimento Histórico-Social da Sociologia no Brasil” (1957, in 1977), propôs uma periodização da evolução da Sociologia no Brasil tendo por base o objetivo dominante da produção de conhecimentos sociológicos, o que permite compreender o significado que ele atribuía à Sociologia e ao seu próprio trabalho intelectual nesta etapa. (FILHO, 2005, p. 403-404)

A Sociologia, no Brasil, foi marcada, num primeiro momento, por um caráter autodidata, já no século XIX, o que correspondia a uma fase desagregadora da ordem escravocrata, e em que a exploração do conhecimento sociológico servia de recurso, ainda que parcial, para a interpretação. Era mais uma forma de análise das relações sociais que propriamente uma investigação sociológica. Num segundo momento, temos os “frutos” de uma sociologia que culmina para uma análise histórico-geográfico-sociológica do momento, e numa análise mais abrangente dos aspectos históricos e pragmáticos. Por fim, num terceiro momento, apesar de enraizado em momentos anteriores, só ganha consistência de fato com o pós-guerra (momento em que acontece a fundamentação teórica de Florestan), e tem a intenção de tornar o trabalho intelectual acerca dos fenômenos sociais subordinável ao modelo-padrão do trabalho científico.

Florestan Fernandes é o fundador da sociologia crítica no Brasil. Toda a sua produção intelectual está impregnada de um estilo de reflexão que questiona a realidade social e o pensamento. As suas contribuições sobre as relações raciais entre negros e brancos, por exemplo, estão atravessadas pelo empenho de interrogar a dinâmica da realidade social, desvendar as tendências desta, ao mesmo tempo discutir as interpretações prevalecentes. No mesmo sentido, as suas reflexões sobre os problemas da indução na sociologia avaliam cada uma e todas as teorias, os métodos e as técnicas de pesquisa e explicação, da mesma maneira que oferecem novas contribuições para o conhecimento das condições lógicas e históricas de reconstrução da realidade. (IANNI, 2004, p. 317)

¹⁶Etapa da Sociologia numa Era de Revolução Social (1952-1965)

No que tange à revolução burguesa, sobretudo em se tratando de subdesenvolvimento, esta se coloca de modo antidemocrático e antipopular. Parte-se do pressuposto que suas condições histórico-sociais, cujas características de desenvolvimento dependente são determinantes para a entendermos a dominação burguesa como algo eminentemente autocrático. Ou seja, há um acúmulo do capital em termos econômicos de modo sócio geral, além de apresentar um modelo democrático direcionado aos seus, e a alguns poucos cidadãos privilegiados, compondo, assim, os dois lados desse poder de classe.

Talvez se possa afirmar que o âmbito histórico da revolução burguesa no Brasil situa-se entre a Abolição da Escravatura e o desfecho da ditadura militar. Antes de 1888 já ocorriam acontecimentos que tinham algo, ou muito, a ver com a formação da sociedade civil, a cidadania, o Estado nacional. Algumas revoluções e batalhas políticas, parlamentares e de opinião pública situam-se nesse contexto. As campanhas republicanas e abolicionistas também têm algo de escaramuças que precedem as principais lutas da revolução burguesa deflagrada em 1988-89. (IANNI, 2004, p. 222)

As políticas adotadas durante a ditadura militar deram uma guinada significativa à grande burguesia. Simultaneamente, foram desenvolvidas algumas contradições entre as classes numa dimensão nacional. Muitos dos maiores processos de desenvolvimento na esfera da sociedade civil¹⁷ têm ligação direta com a etapa final do que compõe o ciclo da burguesia no Brasil. Sua resolução se dá de modo contraditório, pois, ao passo que reproduz as contradições burguesas e assalariadas, reproduz aspectos das classes dominantes de dentro e de fora do país.

2.3 A Sociologia no Brasil contemporâneo

No Brasil contemporâneo, a sociologia tenta se encontrar a partir de um novo aspecto. Num momento de transição, sobretudo pela incorporação de um modelo

¹⁷O alargamento e a dinamização do mercado; a generalização da mercadoria; a crescente subordinação das mais diversas formas de trabalho ao capital; o desenvolvimento da indústria cultural; a expansão do sistema público e privado de ensino; a diversificação das correntes de opinião pública; o desenvolvimento das classes sociais e da consciência de classe.

democrático-constitucional, notou-se que houve uma mudança de foco em relação aos temas com efeitos teórico-práticos no campo das ciências sociais. A recorrência a temas voltados para a questão da independência, marcante na década de 70, perde força para as questões relativas à sociedade civil, principalmente a partir da segunda metade da década. O que vem se converter, instantaneamente, em temas ligados aos movimentos sociais, principalmente no sentido de redemocratizar.

Não por acaso, o processo transitório das forças democráticas, como as “Diretas Já”, enfatizou temas sociais que abriram espaço para as pesquisas sobre as identidades sociais. Entretanto, esses temas, em função de sua relevância, foram considerados, de certo modo, obstáculos, por conta da maneira com que foram tratados: imediatismo, subjetividade, e empirismo. Esse tratamento fora recorrente em boa parte dos estudos realizados. Isso se dá principalmente porque se perdem as características que dão prosseguimento aos movimentos sociais (democrático-populares) e, nesse redemocratizar, isolam-se, levando a sociologia a seguir um caminho mais epistemológico e de caráter teórico-metodológico ineficiente, que abordava pouco as questões sociais e se detinha mais às questões de identidade e representações desses agentes sociais.

A candência dos desafios colocados por esses temas pode ser avaliada tendo por referência empírica alguns aspectos principais do caso da Sociologia brasileira contemporânea. A Sociologia no Brasil, no período dos anos 60 e 70 para os anos 90, vivenciou uma passagem de análises macrosociológicas de crítica ao modelo econômico-social excludente do “milagre” e de crítica ao modelo autoritário para uma microsociologização dos estudos. Em grandes linhas, verificou-se uma evolução temática da Sociologia brasileira nos seguintes termos: de grandes interpretações macroestruturais do modelo econômico-político-cultural do regime anterior, passou-se para a análise dos agentes e características da transição democrática, seguida dos temas da democratização necessária, dos movimentos sociais e da estratégia de reativação da sociedade civil. Rapidamente, ocorreu uma dissociação da questão dos movimentos sociais em relação a condições macroestruturais, passando a Sociologia a dedicar-se massivamente a focar as identidades e representações sociais dos movimentos urbanos e rurais, do movimento sindical, dos movimentos feministas e gay, do movimento negro e dos movimentos ecológicos. Filosoficamente poder-se-ia dizer que, em termos clássicos, ocorreu um tipo de passagem do privilegiamento da questão do “para-si” para o “em-si” dos movimentos sociais. (FILHO, 2005, 425-426)

É bastante recente que, num contexto que visa o reconhecimento de uma nova identidade dentro das ciências sociais no Brasil, principalmente, se observarmos a ampliação e distinção, por parte dos grupos de pesquisa¹⁸, reconhecemos abordagens e temas novos com o intuito de esclarecer a condição social do país.

Essas abordagens recentes têm como ponto de partida a forte influência de alguns importantes pensadores¹⁹ sobre a Sociologia no Brasil atual. A obra desses autores, e releituras como as de Weber, passaram a ser um referencial importante tanto nos ensaios quanto nas pesquisas realizadas no Brasil.

Um novo modo de encarar a sociologia por parte de nossos pensadores gerou certo privilégio a teorias que tendiam para um método individualista, e por uma teoria com escolhas voltadas para um pensamento racionalista por parte de alguns cientistas sociais. E isso trouxe questões mais questionáveis do ponto de vista da sociologia voltada para a educação, por exemplo. Dessa forma, problemas que merecem destaque e discussão como as políticas educacionais e suas práticas pedagógicas, passaram a ser sufocados.

Ganharam destaque, também, temas voltados para um pensar mais globalizado, pós-moderno, e multicultural dentro do trabalho realizado pelos sociólogos e cientistas sociais brasileiros, o que proporcionou, muitas vezes, um repensar temas consagrados, partindo de suas possíveis conexões com o pensamento emergente de temas como religião/globalização ou educação/multiculturalismo.

Em uma perspectiva histórica ampla, o multiculturalismo e a multietnicidade traduzem-se em um complexo e fascinante transculturalismo. São muitos os elementos sociais, culturais, religiosos, linguísticos e psicológicos, além dos políticos, econômicos e demográficos que se aglutinam e desenvolvem, produzindo diferentes configurações não só étnicas como culturais. É como se o Brasil, assim como várias ou quase todas as nações que se formam no que foi o Novo Mundo, revelasse diferentes expressões inesperadas, estranhas ou fascinantes do que se pode denominar de indigenismo, ocidentalismo, africanismo e orientalismo. Uma espécie de caleidoscópio surpreendente, no qual todos se espelham, desconhecem ou reconhecem, estranham e multiplicam. (IANNI, 2004, p. 162)

¹⁸O Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq indica que, em 2002, as três áreas totalizavam 477 grupos, estando inscritos 240 grupos de Sociologia, 142 grupos de Antropologia e 95 grupos de Ciências Políticas.

¹⁹Bourdieu, Foucault, Giddens, Elias e Habermas.

Em síntese, percebemos que todo o panorama histórico acerca da evolução da sociologia no país vem carregado de um conjunto de respostas diversas ao papel social da sociologia, conseqüentemente, sobre o papel das ciências sociais.

CAPÍTULO III – CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DA SOCIOLOGIA

3.1 Nos meandros do ensino da sociologia

A compreensão dos sentidos do ensino da sociologia enquanto disciplina deve passar pelos objetivos que se pretende atingir. Assim, é importante separar dois pontos: um, que objetivos são especialmente direcionados à disciplina; dois, quais são os objetivos não restritos, mas que levam aos traçados para o Ensino Médio, segundo a Lei nº 9.394, de 1996.

Porém, mais que traçar os objetivos para esta disciplina, devemos ter uma extensão sobre a importância dessa disciplina dentro do Ensino Médio. Para tanto, precisamos nos perguntar qual o seu sentido, suas especialidades em relação às demais disciplinas como a História, a Geografia, e mesmo a Filosofia. Isto é, sua importância e peculiaridade entre as demais disciplinas humanas. É uma pergunta complicada na medida em que sua resposta traz à tona limites bastante sutis. Outra questão se dá pelo fato de que toda tentativa de conversão do saber científico para o âmbito escolar implica em diferenciar e criar identidades.

Essas identidades podem ser facilmente entendidas se tomarmos como exemplos disciplinas como a História e a Geografia que, naturalmente, em virtude da sua consolidada tradição no universo escolar, encontram-se bem estabelecidas e, inclusive, apresentam um discurso formado sobre uma realidade já assimilada e assumida em sua amplitude e a disponibilidade frente aos educadores. Para a sociologia, há que se criar um espaço de saber cuja introdução seja possível dentro do nível médio de ensino. Sabendo que toda ciência apresenta suas respectivas fronteiras, sobretudo em função de políticas internas, e que, para o Ensino Médio, precisamos encontrar diferenças que nos forneçam uma identidade para que a sociologia seja ressoada a este segmento de ensino.

Voltando à questão sobre a especialidade da sociologia e de sua importância dentro do universo escolar, nos defrontamos com o pensamento do filósofo e sociólogo Gilson Teixeira Leite (2000)²⁰, quando afirma:

²⁰ Jornal *A Gazeta* em 11/12/00.

[...] se é imprescindível dominar a informática e todas as novas tecnologias para uma colocação qualificada no mercado de trabalho, também se faz necessário, no universo educacional, problematizar a vida própria do aluno, sua existência real no mundo real, com suas implicações nos diversos campos da vida: étnico-moral, sociopolítico, religioso, cultural e econômico [...] a volta das disciplinas humanísticas – filosofia, sociologia, antropologia, psicologia, entre outras – tem muito a contribuir com a formação do jovem naquilo que lhe é mais peculiar: o questionamento. Desmistificando ideologias e apurando o pensamento crítico das novas gerações, poderemos continuar sonhando, e construindo, um país, não de iguais, mas justo para mulheres e homens que apenas querem viver. (LEITE, 2000)²¹

As palavras de Leite (2000) dão a medida da contribuição que a sociologia pode trazer para um pensamento crítico; entretanto, não pela sua imprescindibilidade, pois a sociologia não deve ser pensada de modo redentor. Tão pouco teremos um pensamento crítico baseado na exclusividade de um conteúdo. Portanto, é necessário que haja uma contribuição para que se construa um pensamento crítico baseado na interação com demais disciplinas, numa tentativa de aproximar a realidade aos estudos, e mais, através deste contato, é possível refletir sobre realidades e culturas distintas. Esse é o momento em que, partindo do distanciamento, ao ver a própria realidade, conseguimos, por outras realidades, desenvolver um nível de compreensão diferenciado e crítico²².

O domínio dos espaços da sociologia enquanto conhecimento será extremamente eficaz para que nosso aluno se reconheça dentro da realidade em que se encontra inserido. E mais, poderá obter contribuições imprescindíveis para a sua formação humana, tendo em vista que a sociologia rejeita a individualidade em detrimento da nossa dependência totalizante das relações, ou seja, com todos que estão inseridos em nossa sociedade vigente.

3.2 A sociologia na escola secundária

O papel da sociologia no ensino médio levanta algumas questões sobre o debate que vem sendo, aparentemente, deixado de lado, e, de certo modo, encarado como esgotado. Esse esquecimento por parte das ciências sociais brasileiras traz suposições aparentes, tais como o fato de que a prática de ensino médio, no Brasil,

²¹ LEITE, Gilson Teixeira. *Jornal A Gazeta*, Col. Opinião, em 11 de dezembro de 2000.

²² Cf. SARANDY, Flávio Marcos Silva. *Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio*. Revista Espaço Acadêmico – Ano I – Nº 5 – Outubro/2001 – Mensal – ISSN 1519.6186.

serve apenas de subterfúgio para o ingresso ao ensino superior, o que traz um caráter meramente ilustrativo e informativo. Neste sentido, atropelam-se fatores importantes para a formação de um cidadão consciente, ativamente crítico e com capacidade de intervir dentro do seu universo social.

Esse tratamento é que promove à disciplina um caráter pouco diferenciado, sobretudo no que se refere ao volume e a qualidade técnica. O atual ensino médio que se restringe a preparar o aluno para o ensino superior torna a inclusão da sociologia, e demais disciplinas voltadas para a crítica e reflexão, dentro do universo escolar, um desperdício de esforços pedagógicos, recursos, e mesmo de tempo.

Florestan Fernandes compreende que as ciências sociais dentro dos currículos do Ensino Médio têm por interesse construir um espírito crítico para que possamos formar indivíduos com uma postura autônoma perante as situações sociais. Desse modo, esse homem em processo de formação passa a ter mais autonomia e poder de decisão na medida em que tenta manter um controle racional diante da instabilidade da vida em sociedade, bem como a compreensão ampliada dos dilemas típicos de cada ser perante o novo modelo democrático.

COSTA²³ nos revela que:

O texto de Florestan Fernandes, sobre o ensino da sociologia na escola secundária brasileira, apresenta múltiplos aspectos, porém seu mérito principal é tentar fundamentar sociologicamente suas posições políticas no campo educacional. Tanto é assim que Fernandes, a fim de respaldar toda sua argumentação, realiza um diagnóstico o mais amplo possível da educação brasileira em seus diferentes níveis. Não caberia aqui repetir os resultados de suas investigações sociológicas a esse respeito, pois a discussão desenvolvida anteriormente dispensa tal esforço. Relevaria, agora, discutir brevemente as razões políticas pela qual Florestan Fernandes se empenhava pela inclusão da sociologia no ensino médio brasileiro. O argumento central possuía uma inevitável conotação política e defendia uma orientação eminentemente *informativa* para o ensino médio, em

²³ COSTA, Diogo Valença de Azevedo. **Florestan Fernandes e o ensino da sociologia na escola média brasileira**. Educação e Ensino: Revistainter-legere, p. 55.

oposição a seu “caráter aquisitivo, enciclopédico e propedêutico” (Cf. FERNANDES, 1980, p. 114)

A postura seguida por Florestan Fernandes, ainda que pautada num modelo modernizante e voltada para o desenvolvimentismo social, acabava confrontando interesses de muitos poderosos que insistiam em manter um modelo que não avançava em termos de educação, a fim de manter uma velha ordem social vigente. Inclusive, o surgimento evidente e urgente de uma sociedade de massas em função das inúmeras possibilidades de livres escolhas individuais.

Compreendendo que a divulgação da sociologia, enquanto ensino, promoveria espaços para que se construíssem poderosas ferramentas entre os indivíduos e, inclusive, nos grupos, tento em vista que não mais passariam a ser enganados, nem individualmente, tão pouco coletivamente.

Desse modo, constatamos nos anseios políticos uma inserção democrática amplamente consciente das condições sociais a fim de dar a devida importância do ensino da sociologia, e Florestan Fernandes reforça essa necessidade de se fazer bom uso do ensino da sociologia diante da atual sociedade:

[...] as transformações ocorridas nas sociedades modernas substituíram largamente os ajustamentos sociais baseados no conhecimento pessoal íntimo e em normas estabelecidas pela tradição por ajustamentos sociais baseados em situações de interesses e em convicções sensíveis às flutuações dos movimentos sociais ou aos influxos da propaganda. Daí a necessidade de defender a liberdade e a segurança dos indivíduos, através de uma preparação educativa suscetível e adestrá-los, especificamente, para a escolha com fundamento racional. De fato, é de esperar-se que a educação pelas ciências sociais crie personalidades mais aptas à participação das atividades políticas, como estas se processam no estado moderno. (FERNANDES, 1980, p. 109)²⁴

²⁴ FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

É evidente que Florestan Fernandes não objetiva exaurir o debate em torno do ensino da sociologia dentro das escolas brasileiras. Desse modo, acaba sugerindo inúmeros questionamentos que merecem ser aprofundados a partir de discussões com a sociedade de um modo geral: pensadores, governantes e cidadãos.

3.3 Limites intelectivos do estudo da Sociologia

A consciência sociológica está ligada a um conjunto de fatores que unem moralidade e política. Entretanto, esses elementos não são suficientes para que possamos entender o seu papel dentro do currículo escolar brasileiro, haja vista que essa compreensão deve estar localizada em contextos mais amplos. Assim, como sugere GIDDENS (2003)²⁵, é necessário distinguir teoria social de teoria sociológica: na primeira, lidamos com reflexões sobre epistemologia e outras preocupações inerentes às ciências humanas; na segunda, observamos reflexões mais preocupadas com a perspectiva de examinar a sociedade moderna:

[...] emprego a expressão ‘teoria social’ para abranger questões que sustentem serem do interesse de todas as ciências sociais. Essas questões relacionam-se com a natureza da ação humana e do self atuante; com o modo como a interação deve ser conceituada e sua relação com as instituições; e com a apreensão das conotações práticas da análise social. Em contrapartida, entendo que a ‘sociologia’ não é uma disciplina genérica que se ocupa do estudo das sociedades humanas como um todo, mas aquele ramo da ciência social que concentra seu foco particularmente sobre as sociedades modernas ou ‘avançadas’ (GIDDENS, 2003, p. 17-18)

É bom esclarecer que Giddens compreende a noção de modernidade como um estilo, um hábito de vida dentro de uma organização social que advém da Europa que se propagaram, em termos de influência, pelo resto do mundo. Assim, essa verificação do moderno compreende, também, o processo educacional; nesse sentido, ao refletirmos sobre o ensino da sociologia, não nos esquivamos de uma análise científica que compreende todo um projeto de modernidade e, portanto, reúne sobre si diversas contradições que são reflexos de um processo explorador e dominante.

²⁵ GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins, 2003.

Peculiarmente distinta, a modernidade propõe uma reflexividade, oportunizando uma construção de vida social a partir de interações cognitivas cuja característica não se observava na pré-modernidade, e essa reflexividade na vida social moderna consiste:

No fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz da informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las. Mas somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a todos os aspectos da vida humana, inclusive à intervenção tecnológica no mundo material. Diz-se com frequência que a modernidade é marcada por um apetite pelo novo, mas talvez isto não seja completamente preciso. O que é característico da modernidade não é adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada – que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão. (Giddens, 1991, p. 45-6)

Nesse contexto, podemos inferir que a sociologia é eminentemente reflexiva, sua compreensão é sempre ampliada a fim de propor uma nova (outra) compreensão sobre si mesma. Seu lugar privilegia realizar avanços no processo educacional. O que não significa dizer que as demais disciplinas não o façam, mas a sociologia carrega tanto a epistemologia quanto a ontologia.

É nessa seara que situamos o ensino da sociologia no ensino médio do Brasil, porque entendemos a educação como o lugar da flexibilidade, e que, portanto, suas instâncias tangenciam toda uma discussão e elaboração de práticas que propiciem uma tomada de posição, por parte dos indivíduos, que sobreponha a reprodução social.

A busca pelo modelo emancipatório de educação vai além de uma construção reflexiva, considerando-a (a sociologia) como uma ferramenta de reconquista dessa esfera. Para tanto, é preciso enfatizar que não se deve apontar apenas para os conteúdos, mas, também, sobre conceitos. Desse modo, ARAÚJO, BRIDI, e MOTIM (2009)²⁶ lembram que:

²⁶ ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. **Ensinar e Aprender Sociologia**. São Paulo: Contexto, 2009.

o homem vive mais num mundo de conceitos do que de objetos, eventos e situações [...] e à escola cabe possibilitar sua ampliação e a reconstrução permanentes, mediante o desenvolvimento dos conteúdos de maneiras significativa e duradoura, tendo sempre presente a realidade do aluno sem dispensar suas lições mais estendidas e históricas”. (ARAÚJO, BRIDI, MOTIM, 2009, p. 64)

É bom lembrar que a mera reintrodução da sociologia no currículo não significa garantia, ao contrário, de um posicionamento sociológico conservador e avesso à crítica a fim de reforçar o papel reificador, em seu potencial, da educação. Essa permissa implicaria em novas posições morais e políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do ensino da sociologia dentro do ensino médio brasileiro, se considerarmos os esforços de Florestan Fernandes, é um imenso desafio pois esbarra em muitos interesses de poderosos e, inclusive, os empresários da educação, que estão mais preocupados com os resultados de aprovações em universidades que propriamente a transmissão do conhecimento. É por essas razões que nos deparamos com uma série de conteúdos programáticos que se limitam a adestrar para aprovações em concursos vestibulares, por exemplo, em detrimento de uma formação do indivíduo crítico. Assim, é constante o debate a respeito dos conteúdos curriculares do ensino da sociologia dentro dos cursos de ensino médio das escolas brasileiras.

Nesse contexto, podemos compreender a nossa educação e refletimos sobre como esta vem sofrendo os aspectos característicos desta sociedade repleta de contradições.

Além do mais, a própria crise a que se submete este processo educacional, voltado para o capital, trava um embate entre educação e mercado; trazendo, assim, em diversas formas, uma mercantilização do ensino.

É esse contexto que promove um tipo de conhecimento mais superficial, posto em fragmentos e, sobretudo, mistificador. As ciências que se preocupam mais em compreender o todo social, geralmente são mais afetadas por este fenômeno.

Especificamente no Brasil, constatamos que o processo de implantação do ensino da sociologia no ensino médio foi promovido entre recusas e aceitações, contribuindo, significativamente, para que se desprendesse do seu objetivo inicial, cuja proposta essencial seria tornar o estudante em alguém capaz de pensar, ao longo do tempo, fenômenos sociais para absolver o essencial em detrimento do aparente e, inclusive, transformando-o em um indivíduo crítico em relação às contradições da sociedade estabelecida no capita.

Esse modelo de ensino, no Brasil, ao longo de décadas, acabou tomando um caráter meramente ilustrativo do cotidiano em que a cidadania era o ponto central

no processo de evolução da sociabilidade do indivíduo, eliminando as possíveis análises totalizantes da sociedade dentro de suas raízes.

Paulatinamente, percebemos que muitos estabelecimentos de ensino retomaram a disciplina encarando-a, mais uma vez, como instrumento de ingresso à universidade. Inclusive, em muitas universidades, a disciplina serve como matéria específica à aprovação em determinados cursos, o que tem gerado cada vez mais uma procura, em instituições privadas, das chamadas “fórmulas” instantâneas para o entendimento da sociologia, a fim de promover maiores acertos nos concursos vestibulares.

Em suma, devemos repensar o papel do professor de sociologia dentro das salas de aula para que, enquanto homens das ciências sociais, não cometam os mesmos erros do passado, e que ainda perduram; ou seja, o adestramento dos alunos, mas, sim, a contribuição para o despertar de uma visão reflexiva e consciente sobre a nossa realidade.

É preciso questionarmo-nos sobre as questões e dilemas do universo educacional a fim de que consigamos respostas às observações e investigações que surgem nesta seara a partir do século XXI.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. **A Antropologia e a Sociologia no Brasil**. In: AZEVEDO, Fernando. **A Cidade e o Campo na Civilização Industrial e outros Estudos**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. **Florestan Fernandes e o ensino da sociologia na escola média brasileira**. Educação e Ensino: Revistainter-legere.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua Formação e Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FERNANDES, Florestan. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. 2a. ed. São Paulo: Pioneira Ed., 1971.

FILHO, Enno d. Liedke. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins, 2003.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LEITE, Gilson Teixeira. **Jornal A Gazeta**, Col. Opinião, em 11 de dezembro de 2000.

MICELI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo, Ed. Sumaré, 1995.

MICELI, Sergio. **Intelectuais a brasileira**. São Paulo, Companhia das letras, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social, Teoria, Métodos e Criatividade**. Ed. Vozes 3º Ed., 1994.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio**. Revista Espaço Acadêmico – Ano I – Nº 5 – Outubro/2001 – Mensal – ISSN 1519.6186.